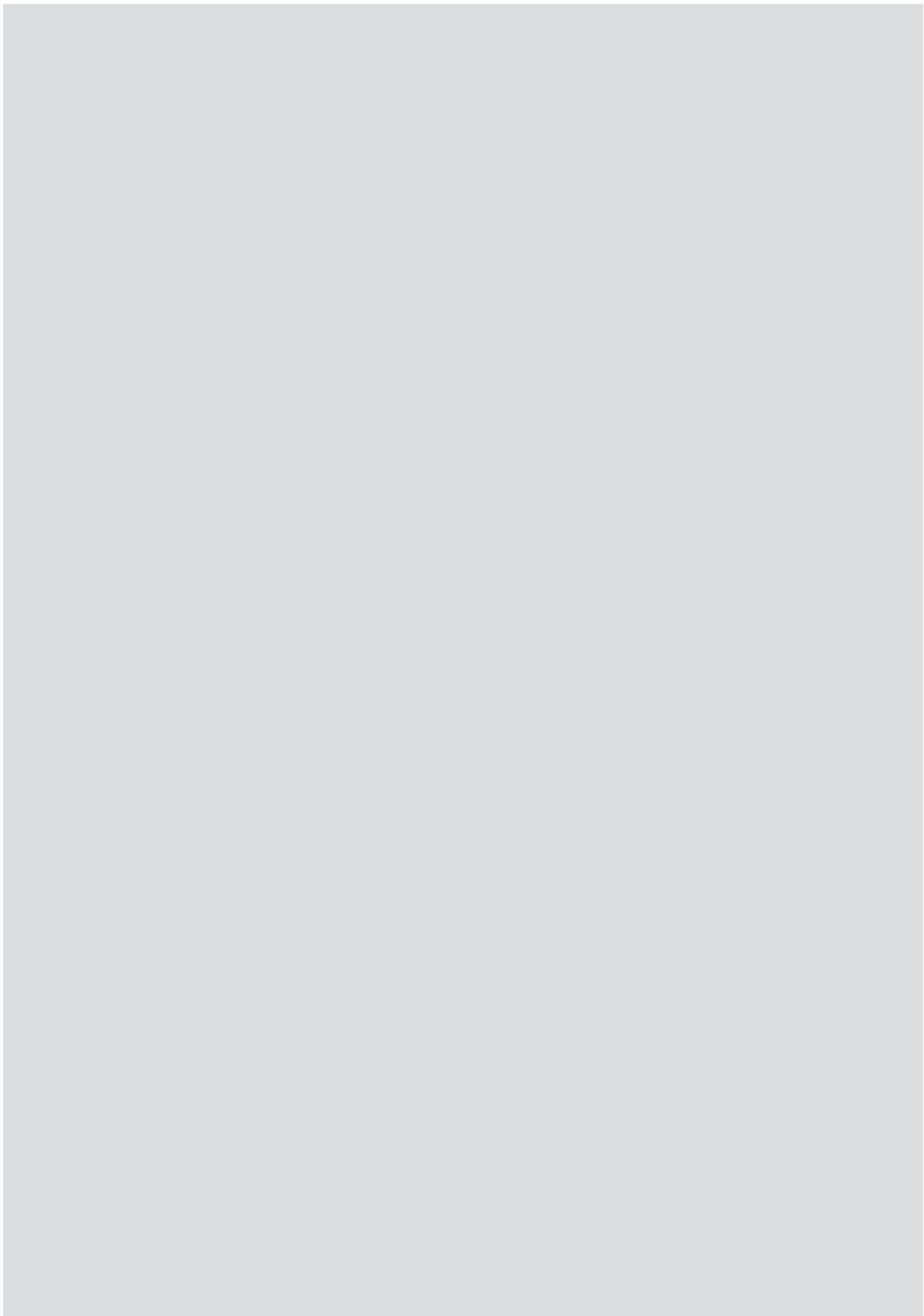


**MARIA DO  
LIVRAMENTO M.  
CLEMENTINO**

o algodão e a vida urbana

Profª da  
Universidade  
Federal do Rio  
Grande do Norte  
(UFRN), hoje no  
Departamento de  
Políticas Públicas



## INTRODUÇÃO

“A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE” obra clássica do Professor Manuel Correia de Andrade é considerada na literatura sobre a Formação Econômica do Brasil como um título de caráter abrangente<sup>1</sup>; logo, “material essencial, uma vez que envolve o que de mais importante ou pelo menos de fundamental se apresenta na vida de qualquer comunidade; a saber, como se relacionam os homens entre si em suas atividades produtivas, e como se comportam, uns relativamente aos outros, e ao conjunto da coletividade, no exercício de suas funções econômicas”<sup>2</sup>.

Trata-se de uma análise sobre a estrutura social e as condições de vida da população do Nordeste do Brasil no período pré-Sudene: o regime de propriedade e a estrutura fundiária, os sistemas de cultura e de criação de animais e as relações de trabalho no campo nordestinos foram aspectos profundamente abordados no livro.

Na primeira parte do texto, o autor faz uma análise das diversificações regionais existentes no Nordeste e elabora uma divisão sumária das várias regiões naturais nele existentes, “uma vez que as diversificações regionais têm uma grande influência nas formas de exploração da terra” (ANDRADE. 1963.p. 12).

Acredita que, no Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima. Daí, pois, havê-lo dividido em três grandes regiões dando às mesmas os nomes consagrados pela tradição: Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Este artigo resgata de ANDRADE o conceito de Nordeste como “região de contrastes” e utiliza sua divisão metodológica “natural e geográfica” para mostrar que, no Rio Grande do Norte, um Estado eminentemente algodoeiro até os anos setenta do século XX, o algodão não foi capaz de gestar a vida urbana nos moldes preconizados por Manuel Correia de Andrade na sua referência ao Agreste pernambucano.

<sup>1</sup> Assim tratada no Programado Curso de Formação Econômica do Brasil (2º Semestre de 1993) ministrado no Instituto de Economia da Unicamp-SP, pelos professores Wilson Cano, Ronaldo Marcos dos Santos e José Ricardo Barbosa Gonçalves.

<sup>2</sup> Do mesmo modo tratada por Caio Prado Júnior no prefácio da 1ª edição de “A terra e o homem no Nordeste”. Ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963.

A partir de então, a literatura aponta o algodão, guardadas as proporções relativas, uma atividade mais dinâmica em termos de urbanização, comércio e industrialização do que o açúcar no Nordeste do Brasil. A opinião de Manuel Correia pode ser observada em sua obra clássica: “a industrialização mais barata e menos urgente que a da cana colocou o beneficiamento de algodão na mão de comerciantes que com suas bolandeiras à princípio, e descaroçadores depois se estabeleciam em cidades, vilas e povoações passando a comprar matéria prima ao agricultor, para vendê-la, após o beneficiamento aos exportadores. Daí ter contribuído desde os primeiros tempos para o desenvolvimento da vida urbana, ao contrário do que ocorria com a cana-de-açúcar” (ANDRADE, 1963, p. 192).

Acreditamos que a afirmativa de Andrade se presta a situação do agreste e talvez até do sertão pernambucano e parte do paraibano. Porém, não caracteriza a realidade do Rio Grande do Norte, como veremos a seguir.

#### O ALGODÃO E A VIDA URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE

Uma retrospectiva sobre a economia do Rio Grande do Norte desde a etapa colonial até a economia capitalista exportadora (passando pela economia escravista exportadora do século XIX) revela uma certa peculiaridade. É que, ao contrário da maioria dos estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte não teve marcadamente uma herança colonial escravista. Aqui o açúcar não teve no período colonial e no império a mesma importância que em outras províncias, como a de Pernambuco, por exemplo.

Até meados do século XIX, a pecuária e não a cana de açúcar, foi a atividade econômica predominante. Considerando-se que, na configuração do “complexo nordestino” a Zona da Mata representava o reduto da cana-de-açúcar e o Agreste e o Sertão se configuravam como área por excelência do binômio gado-algodão, temos um quadro em que só os limites “natural e geográfico” já chegam a definir o RN como uma economia não açucareira. Aqui a Zona da Mata e o Agreste representam em termos espaciais, uma porção bem reduzida do território.

A ocupação do Sertão no Rio Grande do Norte não diferiu dos demais estados nordestinos e se deu por meio da expansão da pecuária nos séculos XVI, XVII e XVIII. Ao mesmo tempo em que a pecuária extensiva

determinava para o interior a mesma estrutura fundiária vigente no litoral onde predominava o latifúndio açucareiro, as próprias condições do meio (terra inóspita, vulnerável às adversidades climáticas, distantes das zonas comerciais) excluía o tipo do grande agricultor senhor de léguas e léguas cultivadas (DANTAS, 1979, p.64). Desta feita, ocorre uma distinção entre a agricultura do Agreste e Sertão no que se refere à exploração agrícola do solo, sendo porém necessário reter que, tanto no litoral como no interior, emergia a figura do latifundiário, senhor de terras e de poder sobre vasto território; enfim, oligarca com autonomia e funções que a propriedade privada do solo lhe permitia estender para além da agricultura<sup>3</sup>.

E neste sentido, Cano (baseado em ANDRADE, 1963) foi preciso ao afirmar que “além de seu importante papel histórico de ocupação do território e de suporte para a atividade açucareira, a pecuária desempenhou outro não menos relevante na configuração do complexo nordestino: a consolidação de um regime latifundiário de propriedade da terra que fora iniciado e perpetuado pelo açúcar” (1981, p. 95).

Muito embora a pecuária bovina fosse a atividade econômica predominante no Rio Grande do Norte até a metade do século XIX, isso não queria dizer que fosse a única e que as atividades agrícolas e extrativas estivessem excluídas. Muito ao contrário, a transição do século XVIII para o século XIX marcou muito o Rio Grande do Norte. Nesse período, a produção se diversificou passando a produzir com alguma expressão além do gado, o couro, açúcar, o algodão e outros produtos, como, o sal (ANDRADE, 1984, p.32).

Somente a partir de 1845, dentro da ocorrência de uma das grandes secas do Nordeste e quando parte do rebanho bovino foi dizimado, é que o RN se tomou uma província agrícola, aumentando seu comércio que entrou em franca expansão. Durante a República Velha, o sal e o algodão, secundados pelo açúcar e pela cera de carnaúba, foram os produtos de maior peso e de maior valor monetário na pauta de exportações.

Com a seca de 1845, a situação crítica da pecuária constituiu um incentivo ao crescimento da atividade açucareira, apesar de o algodão já

<sup>3</sup> Em *Elegia para uma Re(li)gião*, Francisco de Oliveira (1977) refere-se às oligarquias nordestinas como funções distintas de uma classe de grandes proprietários de terras: “oligarquias açucareira-têxtil e oligarquia algodoeiro-pecuária”.

haver ensaiado um cultivo de maior escala e além dos níveis da economia de subsistência, desde o primeiro surto de exportação do algodão brasileiro no fim do século XVIII, motivado pela Revolução Industrial Inglesa.

Superada essa primeira fase, iniciada pelo colonizador branco, do cultivo e processamento do algodão nativo, já feito pelo indígena e, após aquela seca, foi o açúcar que entre as culturas agrícolas vai responder pela economia do Estado. Durante a Guerra da Secessão nos EUA, mais uma vez, o algodão se coloca como cultura de exportação, e o Rio Grande do Norte atravessou esses anos do “cotton hunger” em marcha ascendente.

Ao contrário do açúcar, o algodão não sofreu retrocesso finda a fase áurea da década de 1860. Foi exatamente nos anos oitenta (momento de gênese da Indústria Têxtil no Brasil) e, particularmente, depois da grande seca de 1877-1888, que se expandiu seu cultivo pelo Sertão. No final do século XIX, o algodão tornou-se o primeiro produto de exportação do Rio Grande do Norte, polarizando com o açúcar, a economia estadual até os anos setenta do presente século.

O crescimento contínuo da demanda nacional de algodão não só impulsionou a expansão da cotonicultura do RN, a partir da segunda década do século XX, como manteve os fluxos comerciais de circulação dessa mercadoria no mercado interno. Em qualquer mercado, o algodão local se destacava pela excelência do seu produto, sobressaindo-se a variedade de algodão mocó por sua excepcional capacidade de se prestar, na época, ao mais exigente fabrico de produtos têxteis como: linhas de costurar e tecidos finos.

O processo econômico antes descrito pode ser mensurado pelas seguintes constatações:

- a) o fato de que a economia do RN era eminentemente exportadora de matérias-primas, algodão, principalmente;
- b) que o grosso dessas exportações eram feitas com destino ao mercado nacional (CLEMENTINO, 1990, p. 67);
- c) as estatísticas de importação do período são representadas basicamente pela entrada do querosene e da gasolina para “girar máquinas de descaroçar algodão”.

No nosso entender, tal processo não se mostraria capaz de gerar uma importante urbanização. Em trabalho anterior – O Maquinista de

Algodão e o Capital Comercial – observamos que, no RN, até os anos 30 os maquinismos de beneficiar algodão se encontravam dentro da fazenda sertaneja (CLEMENTINO, 1987, p.66). Trabalhamos com a hipótese de que as formas de organização da produção da fazenda sertaneja dão suporte e ratificam a rigidez das estruturas terciárias gestadas pelo açúcar.

Sabe-se que no semi-árido nordestino o binômio algodão-gado tem existência econômica remota e duradoura na realização dos excedentes apropriados pelo capital agromercantil (notadamente o de origem fundiária), contribuindo para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para confirmar a capacidade que a fazenda sertaneja tem de reter miseravelmente o excedente de população. Portanto, os mecanismos de produção e reprodução da força de trabalho passam necessariamente pela propriedade do capital fundiário e nele residem as possibilidades de maior ou menor apropriação do excedente gerado pela realização da produção mercantil.

As colocações que aqui fazemos no âmbito da distribuição são explicitadas pela simples constatação que de um lado estavam os grandes proprietários rurais e de outro os trabalhadores sem terra. Os fazendeiros, mistos de pecuaristas e agricultores se apropriavam direta ou indiretamente da produção agrícola estabelecida para comercialização em suas terras, ou fora delas. Por outro lado, os trabalhadores compunham uma população marginalizada, despossuída de terra. Desse modo, o cultivo do algodão como atividade produtiva da fazenda pode ser vista de mais de um ponto de vista. Da ótica do fazendeiro, era uma atividade com dupla determinação econômica. O fazendeiro estimulava o plantio do algodão como atividade complementar, porém necessária à criação de gado. O algodão, também lhe propiciava uma integração com a intermediação comercial e financeira da agroexportação e transportava-o de uma relação estrita de mercado, acoplada à produção açucareira (dos tempos coloniais e imperiais), para o bojo da divisão do trabalho. Assim, é esse caráter ao mesmo tempo complementar e exclusivo da produção algodoeira que dava sentido às formas de organização da produção agrícola da fazenda e definia as condições de utilização da terra por parte dos fazendeiros.

Do ponto de vista do trabalhador, o algodão desenvolveu-se como parte integrante da produção de subsistência na qual o produtor – o

meeiro – cultivava não só alimentos para seu consumo, mas também, algodão para vender. O algodão era produto típico da pequena produção que se reproduz dentro da grande propriedade. Defendemos aqui a ideia de que é a utilização da terra em diferentes relações de trabalho mediada pela complementariedade de suas funções econômicas que a fazenda sertaneja dá ao fazendeiro – comerciante a condição de ser ao mesmo tempo agente e agenciado pelo capital mercantil (CLEMENTINO, 1990, p.70).

Para explicitação da hipótese aqui levantada, não podemos perder de vista a face comercial do proprietário-fazendeiro no que diz respeito à comercialização do algodão, pois para ele levar esse produto às praças comerciais, a outros centros de controle da produção (a fazenda era o primeiro), faz-se necessário que ele beneficie o algodão. Esses equipamentos, repetimos, eram de sua propriedade e encontrados no interior das fazendas algodoeiras do RN até o início dos anos 30 do século XX.

A relação de financiamento da produção fechava o circuito em que o fazendeiro, como proprietário rural, detinha total controle sobre a comercialização do algodão de determinada região. E o processo de produção pelo qual passava o produto revela novas faces desse fazendeiro: a de comerciante de algodão, que Manuel Correia de Andrade atribui a uma figura no mínimo estabelecida em cidades, vilas e povoados; a outra, mais cidadina, porém aparente, de fachada: a de industrial do algodão. Ressalte-se que essa face comercial e, sobretudo, industrial está tutelada e, em última instância, dependente da intermediação comercial e financeira da agroexportação. Por conseguinte, essa figura retrata uma condição urbana medíocre, porque marcada fundamentalmente por sua condição de proprietário fundiário, revelando, ao contrário do que afirma Andrade, uma incapacidade de por si só “contribuir [...] para o desenvolvimento da vida urbana” no Rio Grande do Norte. O que o algodão produziu no RN foi uma rede urbana rarefeita e dispersa, concentrada em alguns poucos e pequenos pólos regionais.

## CONCLUSÃO

Resta para nós, saber se o caráter medíocre da urbanização do RN refletia também o predomínio do campo sobre a cidade. A ausência de uma

rede urbana significativa – que o algodão não conseguiu gestar – convivia com a permanência de centros de controle como Natal e Mossoró que, nesse momento (início do século XX), apresentaram franca expansão. Como entender, pois, a existência de contornos urbanos no RN nesse momento?

É preciso não esquecer que o Estado não era mais que uma projeção dessa oligarquia e, como diz Francisco de Oliveira, havendo se subsumido nela “desfigurou a cidade” (OLIVEIRA, 1985, p.70). Se considerarmos que: a) nesse momento emergiram no país os primeiros conflitos entre o capital mercantil e o capital industrial nascente; b) que a economia do RN se atrela, também, ao segmento mais progressista do capital cafeeiro; e que a burguesia algodoeira, como toda burguesia agrária, coopta o Estado oligarca, sugerimos a hipótese de que a burguesia algodoeira local consegue, mesmo mantendo intactas suas estruturas de produção no campo, participar minimamente do controle dessa mesma produção.

Ao prescindir e abortar o surgimento de uma rede urbana, faz um arremedo de urbanização ao substituí-la por redutos bem demarcados entre coronéis e famílias oligarcas. Como detém o aparelho de Estado em âmbito local, usa-o em seu próprio proveito e, espertamente, refaz de algum modo a cidade. Em outras palavras, refaz uma certa cidade: nela as funções são variadas, porém difusas, indistintas. São ao mesmo tempo centros de controle da produção agrícola voltada para a exportação (como Mossoró), mercados para manobras especulativas e centros participacionistas, clientelistas, de marcada estrutura burocrática, administrativa (como Natal). Todas, cabide de emprego, campo aberto para embates decisórios de qualquer campanha eleitoral.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correa de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correa de. *A produção do espaço nordestino*. Natal: UFRN, 1984. (Seca: Coleção especializada, série C,2).
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial 1930-1970*. São Paulo: Unesp, 1985.
- CLEMENTINO, M<sup>a</sup>. do Livramento M. *O maquinista do algodão e o capital comercial*. Natal: EDUFRN, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Complexidade de uma urbanização periférica*. Campinas: Unicamp, 1990. (Tese de doutoramento).
- \_\_\_\_\_. *Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal, CCHLA/UFRN, 1995. ( Coleção Humanas Letras).
- \_\_\_\_\_. *O Algodão e a Vida Urbana*. In: FELIPE, José Lacerda A. (Org.) *Manuel Corrêa de Andrade: o geógrafo e o cidadão*. Natal: UFRN/ CCHLA, 1995.a
- DANTAS, José Garibaldi. *Geografia econômica do Rio Grande do Norte*. Mossoró, Escola Superior de Agricultura, 1979. (Coleção Mossoroense, 78)
- OLIVEIRA, Francisco de. *Acumulação Monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade dos conflitos de classe*. In: MOISÉS, José Álvaro et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.